



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Gabinete
Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração e Autos de Infração

PARECER TÉCNICO

AUTUADO: MOREIRAISO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ISOPOR E REFRIGERAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 05050000253/19

AUTO DE INFRAÇÃO: 099165/2019

INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS: ART. 112, ANEXO III – CÓDIGO 309 – ALÍNEA B DO DECRETO ESTADUAL 47.383/18 - MULTAS SIMPLES

1 – INTRODUÇÃO

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do auto de fiscalização nº 019/2019, datado de 26/02/2019, que acarretou na lavratura do auto de infração nº **099165/2019**, em face Moreiraiso Indústria e Comércio de Isopor e Refrigeração, no qual foi constatado que o infrator interviu em 0,0535 hectares sem supressão da cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente (APP) para construção de uma travessia (ponte), sem autorização do órgão ambiental competente.

O referido auto de infração foi lavrado com fundamento no artigo 112, anexo III, Código 309 do Decreto nº 47.383/2018.

Pela prática da infração foi aplicada a seguinte penalidade de multa simples no valor de:

- 1) **700 UFEMGs** (setecentas unidades fiscais do Estado de Minas Gerais).

O infrator foi cientificado da lavratura do auto de infração em **08/04/2019** através do ofício NAR de Viçosa nº 052/2019 (fl.08) registrado nos Correios sob o nº RQ757463336BR (fl.09).

O Autuado apresentou **defesa** em **29/04/2019** (fls. 13-17), **tempestivamente**.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Gabinete
Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração e Autos de Infração.

A defesa administrativa foi analisada tendo sido elaborado Relatório de análise de defesa administrativa (fls. 87-90) opinando pelo **indeferimento** dos pedidos da defesa.

O autuado foi comunicado através do Ofício IEFUBIO MATA – NCP n.21/2022 em 21/09/2019 (fls. 92) tendo o prazo de 30 dias para recorrer, e apresentou recurso junto ao Conselho de Administração do IEF em **10/10/2019** (fl. 94/95), alegando e requerendo, em síntese:

- que no processo IEF n. 0505000111/18 foi concedida a devida DAIA n. 0037486-D para realizar a intervenção descrita no referido Auto de Infração, restando claro que o AI perdeu seu objeto;

- requer o cancelamento do auto de infração, pois a intervenção foi devidamente autorizada.

O Auto de Fiscalização 019/2019 (fls. 3) tem a seguinte conclusão, *verbis*:

“Foi realizada vistoria ao empreendimento a fim de subsidiar o parecer técnico da intervenção ambiental a qual foi verificada que a área requerida para intervenção ambiental de aproximadamente 0,0535 ha (cinco ares e trinta e cinco centiares) tem como objetivo a regularização de uma travessia e proporcionar a melhoria estrutural dessa travessia sobre o Rio Xopotó (Coordenada Geográfica 23K 725.238 UTM 7.682.738) sendo que essa intervenção ambiental foi inferior a 30 metros da margem do Rio Xoporó. Devido essa intervenção ambiental o empreendedor propõe a compensação de uma área de aproximadamente 0,1070 ha (dez ares e setenta centiares) através do PTRF, sendo que essas áreas de compensação será no mesmo imóvel, conforme especificado na vistoria do processo em questão, portanto, próximo a área de intervenção ambiental requerida.

O auto de infração nº 099165/2019 descreve os fatos e traz as tipificações (fl. 04), *verbis*:



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Gabinete
Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração e Autos de Infração.

“Por intervir em 0,0535 ha s/supressão da cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente (APP) para construção de uma travessia (ponte), sem autorização do órgão ambiental competente.”

É o relatório.

2 – PRELIMINARMENTE

2.1 – TEMPESTIVIDADE

De início tem-se que o recurso apresentado pelo Autuado (fls. 94-95) foi apresentado de forma tempestiva nos termos do Decreto Estadual 47.383/2018, *verbis*:

“Art. 66 – O recurso deverá ser apresentado no prazo de trinta dias, contados da cientificação da decisão referente à defesa administrativa, independentemente de depósito ou caução, e deverá conter os seguintes requisitos:” (grifos nossos)

A Lei nº 14.184/2002 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública no Estado de Minas Gerais dispõe sobre a contagem de prazo, *verbis*:

Art. 59 – Os prazos começam a correr a partir do dia da ciência oficial do interessado, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º – Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte ao do vencimento se este cair em dia em que não houver expediente na repartição ou em que for ele encerrado antes do horário normal.

§ 2º – Os prazos fixados em meses ou anos se contam de data a data e, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

§ 3º – Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.



Como já mencionado o autuado foi comunicado do indeferimento de sua defesa via SEI em 21/09/2022 (fls. 93) tendo o prazo de 30 dias para recorrer. O mesmo apresentou recurso administrativo em 10/10/2022 (fls.94-95) tempestivamente.

2.2 – DA DISPENSA DO PAGAMENTO DA TAXA DE EXPEDIENTE

O art. 66 do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018, prevê os requisitos de admissibilidade para conhecimento do recurso, dentre eles que seja apresentado cópia do DAE quitado referente à taxa de expediente prevista no item 6.30.2 da Tabela A do RTE, quando o crédito não tributário for igual ou superior a 1.661 Ufemgs, constando a informação do procedimento administrativo ao qual se refere, vejamos:

Art. 68 – O recurso não será conhecido quando interposto:

I – fora do prazo;

II – por quem não tenha legitimidade;

III – depois de exaurida a esfera administrativa;

IV – sem atender a qualquer dos requisitos previstos no art. 66;

V – em desacordo com o disposto no art. 72;

VI – **sem a cópia do documento de arrecadação estadual constando a informação do procedimento administrativo ambiental ao qual a taxa se refere e do seu respectivo comprovante de recolhimento integral, referente à taxa de expediente prevista no item 6.30.2 da Tabela A do RTE, aprovado pelo Decreto nº 38.886, de 1997, quando o crédito estadual não tributário for igual ou superior a 1.661 Ufemgs. (grifos nossos)**

Já o Decreto Estadual nº 47.577, de 28/12/2018 que dispõe sobre a exigibilidade e a cobrança das taxas de expediente relativas a atos da autoridade administrativa da SEMAD, IEF, IGAM e FEAM, em seu art. 11, apresentam as consequências a impugnação ou recurso quando ausente a comprovação da quitação do DAE referente às taxas de expediente, *in verbis*:

Art. 11 - O comprovante de pagamento das taxas previstas nos subitens 6.30.1 e 6.30.2 da Tabela A do RTE deverá indicar o número do respectivo procedimento administrativo ambiental e ser juntado no momento da apresentação da impugnação ou do recurso. Parágrafo único - Sem a comprovação do recolhimento das taxas de que trata o caput:

I - a impugnação ou o recurso serão considerados desertos, devendo a circunstância ser certificada no respectivo processo administrativo ambiental;



II - o respectivo processo administrativo ambiental será encaminhado à Advocacia Geral do Estado - AGE - para inscrição do crédito não tributário em dívida ativa. (grifos nossos)

No caso em comento, a multa simples foi aplicada no valor de 700 UFEMG's, logo, inferior a 1.661 UFEMG.

Desta forma, considerando que o valor do crédito não tributário é inferior ao estabelecido na norma para a cobrança, fica o Recorrente dispensado do recolhimento da taxa expediente para análise do recurso, assim, conhecemos do recurso e por consequência passamos a analisar os elementos de mérito trazidos a este.

3 – MÉRITO

Em relação às questões de mérito suscitadas restou demonstrado que houve o cometimento da infração descrita no artigo 112, ANEXO III, CÓDIGO 309, *verbis*:

Art. 112 - Constituem infrações às normas previstas na Lei nº 7.772, de 1980, na Lei nº 13.199, de 1999, na Lei nº 14.181, de 2002, na Lei nº 14.940, de 2003, na Lei nº 18.031, de 2009, na Lei nº 20.922, de 2013, na Lei nº 21.972, de 2016, na Lei nº 22.231, de 2016, na Lei nº 22.805, de 2017, na Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro, de 2019, e na Lei Federal nº 9.605, de 1998, as tipificadas nos Anexos I, II, III, IV e V.

ANEXO III

Código da infração	309
Descrição da infração	<i>Desenvolver atividades que dificultem ou impeçam a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação, exceto em áreas legalmente permitidas..</i>
Classificação	<i>Gravíssima</i>
Incidência da pena	<i>Por hectare ou fração</i>
Valor da multa em Ufemg	<i>a) em área comum: Mínimo: 300 por hectare ou fração; Máximo: 600 por hectare ou fração; b) em área de preservação permanente, em reserva legal, zona de amortecimento de unidade de conservação ou em unidade de conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos: Mínimo: 500 por hectare ou fração; Máximo: 1.000 por hectare ou fração; c) em unidade de conservação de proteção integral ou de posse e domínio público: Mínimo: 1.300 por hectare ou fração; Máximo: 2.600 por hectare ou fração.</i>



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Gabinete
Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração e Autos de Infração.

No Campo 6 (fls. 11) “Descrição da Infração” do referido AI, fez-se constar a descrição específica da infração:

“Por intervir em 0,0535 ha s/supressão da cobertura vegetal nativa em área de preservação permanente (APP) para construção de uma travessia (pontê), sem autorização do órgão ambiental competente.”

Assim, em vista dos elementos apresentados, cumpre-se rebater as alegações formuladas pelo Autuado em seu recurso.

3.1. DAS ALEGAÇÕES DA AUTUADA

- Em seu recurso, a autuada destaca que conforme Certidão Cadastro de Travessia Aérea n. 7668/2018 foi dispensada de outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Pois bem, a recorrente juntou cópia da Certidão Cadastro de Travessia Aérea n. 7668/2018 (fls. 106) onde o autuado é dispensado de outorga de direito de uso de recursos hídricos e pode-se observar que, na própria certidão concedida a recorrente está explícito que:

“Esta licença não dispensa o requerente da regularização em Área de Preservação Permanente e demais autorizações e licenças exigidos pela legislação federal, estadual e municipal”.

- A Autuada aponta que no processo IEF n. 0505000111/18 foi concedida a devida DAIA n. 0037486-D para realizar a intervenção descrita no referido Auto de Infração.



Neste contexto, cabe esclarecer que da leitura dos documentos acostados aos autos, verifica-se que razão não assiste à autuada, uma vez que o processo citado no recurso pela autuada refere-se à intervenção ambiental de outra área, outras coordenadas e foi emitido em 26/09/2019, ou seja, muitos meses depois de ocorrida a intervenção ambiental.

O Anexo III do Parecer Único referente ao Processo 0505000111/18 citado pelo autuado, em especial fls. 109 a 112, detalha o procedimento da mencionada vistoria no empreendimento Moreiraiso Indústria e Comércio de Isopor e Refrigeração, para subsidiar o parecer técnico de intervenção ambiental. Por questão de oportunidade, vejamos alguns trechos do parecer:

“No dia 26/02/2019 foi realizada vistoria no empreendimento Moreiraiso Indústria e Comércio de Isopor e Refrigeração – (CNPJ 13.440.287/0001-18) a fim de subsidiar o parecer técnico da intervenção ambiental, a qual foi verificada que a área requerida para intervenção ambiental de aproximadamente 0,5047 ha (cinquenta ares e quarenta e sete centiares) tem como objetivo a regularização do campo de futebol (coordenada geográfica - tem como objetivo a regularização do Campo de Futebol (Coordenada Geográfica 23K 725.260 UTM 7.682.693), do pomar e parte dos galpões da empresa Moreiraiso, (Coordenada Geográfica 23K 725.323 UTM 7.682.897) que estão na área de Preservação Permanente (APP) do Rio Xopotó, sendo que essa intervenção ambiental foi inferior a 30 m da margem do Rio Xopotó em todas as localidades supracitadas”.

(...)

“Conclusão:

“Visto que o requerimento se faz com base na Legislação Ambiental do Estado de Minas Gerais e nos Aspectos Técnico-ambientais, conclui-se que a área de 0,5047ha (cinquenta ares e quarenta e sete centiares) encontra-se antropizada, pois a alteração nessa área já está estabelecida, visto que o empreendimento encontra estabelecido e funcionando no local em questão, (Coordenada Geográfica 23K 725.323 UTM 7.682.897). Agora, na Deliberação CONAMA n. 369/2006 em seu parágrafo 2º do inciso XI do art. 11, dispõe que A intervenção ou supressão, eventual de baixo impacto ambiental da vegetação em APP não pode em qualquer caso, exceder ao percentual de 5% (cinco por cento) da APP impactada na



posse ou propriedade.

Dessa forma, considerando os Aspectos Técnicos Ambientais, vigentes a Legislação Ambiental do Estado de Minas Gerais fica este Parecer Técnico do Processo n. 05050000111/18 sugerido ao indeferimento, ou seja, não favorável ao requerimento da intervenção ambiental de 0,5047 ha (cinquenta ares e quarenta e sete centiares) devido ao parágrafo 2º do inciso XI do art. 11, da Deliberação CONAMA n. 369/2006.”

- A recorrente requer o cancelamento do auto de infração tendo em vista que o mesmo perdeu o objeto, informando que a intervenção foi devidamente autorizada pela DAIA n. 0037486.

Compulsando o presente processo administrativo não localizamos a cópia do DAIA 0037486, mencionado pela autuada.

Nos termos do parágrafo 2º do art. 34, do Decreto nº 44.844/2008, “*cabe ao autuado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído a autoridade julgadora para instrução do processo*”.

- Assim, não compete à autuada transmitir para a administração a obrigação que a lei lhe atribuiu, ou seja, a responsabilidade de produzir elementos probatórios aptos a afastar os efeitos da autuação em questão, tendo em vista, principalmente, que as constatações efetivadas no momento da fiscalização foram claramente explicitadas no Laudo de Fiscalização e no Auto de Infração.

Fato é que, observando os termos dos autos, percebe-se que a autuada fez seu pedido de regularização em APP junto ao órgão ambiental, contudo, não esperou a definição final de seu requerimento e promoveu a intervenção na área de preservação permanente.

Na oportunidade, informamos que em consulta ao Sistema do IEF, especificamente, ao DAIA – Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental de nº



0037486-D citado pela autuada, constatamos que ele se refere ao processo IEF **05050000142/18**, que fora expedido em nome de Moreira e FAEDA Ltda. - ME, inscrito no CNPJ 13.440.287/0001-12 e foi emitido em **26/09/2019**, ou seja, muitos meses depois de ocorrida a intervenção ambiental.

Dessa forma, não prevalecem os argumentos da autuada, pois o auto de infração combatido foi motivado com base em pareceres técnicos e vistorias em campo obedecendo à legislação e orientação administrativa, não tendo um motivo sequer para seu cancelamento.

4. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opinamos pelo seguinte em relação ao recurso apresentado em face do auto de infração **099165/2019**:

- **conhecer** o recurso apresentado;

- **não acolher** o recurso apresentado pela ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas e tendo em vista estar o referido auto de infração em conformidade com os requisitos formais previstos no Decreto Estadual nº 47.383/2018;

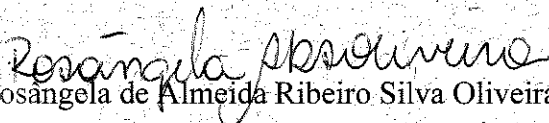
- **manter** a multa simples com o valor de 700 UFEMG (setecentas Unidades Fiscais de Minas Gerais).

Remeta-se este processo administrativo à autoridade competente a fim de que aprecie o presente parecer técnico.



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Gabinete
Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração e Autos de Infração.

Belo Horizonte, 16 de Novembro de 2023.


Rosângela de Almeida Ribeiro Silva Oliveira
Analista Ambiental – MASP 1.020.926-0

Núcleo de Apoio ao Conselho de Administração e Auto de Infração – NUCAI

DAIA - DOCUMENTO AUTORIZATIVO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL
Nº DAIA: 0037486-D

Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF - Intervenção APP	05050000142/18	NUCLEO VIÇOSA

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: MOREIRA E FAEDA LTDA - ME
 Endereço: RUA ANTENOR MACHADO, 260 SALA 02
 Município: UBA UF: MG

CPF/CNPJ: 13.440.287/0001-12
 Bairro: CENTRO
 CEP: 36.500-000. Telefone:

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: MOREIRA E FAEDA LTDA - ME
 Endereço: RUA ANTENOR MACHADO, 260 SALA 02
 Município: UBA UF: MG

CPF/CNPJ: 13.440.287/0001-12
 Bairro: CENTRO
 CEP: 36.500-000. Telefone:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Moreiraiso Ltda
 Município/Distrito/UF: SÃO GERALDO-MG
 Registro: 26613
 Coordenada Plana (UTM) - X(6): 725.025 Y(7): 7.683.075
 Coordenada Geográfica:

Área Total (ha): 2,6978
 Área Total RL (ha): 0,0000
 VISCONDE DO RIO BRANCO INCRA (CCIR):
 Datum: SIRGAS 2000 Fuso: 23K

4. CARACTERIZAÇÃO DO USO SOLO

Área com cobertura vegetal nativa (ha)	0,0000
Área com uso alternativo de solo (ha)	0,0000
Área Total (ha)	0,0000

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa	0,0535	ha

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado à área	Especificações	Área (ha)
Infra-estrutura	Reestruturação da travessia (ponte)	0,0535

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

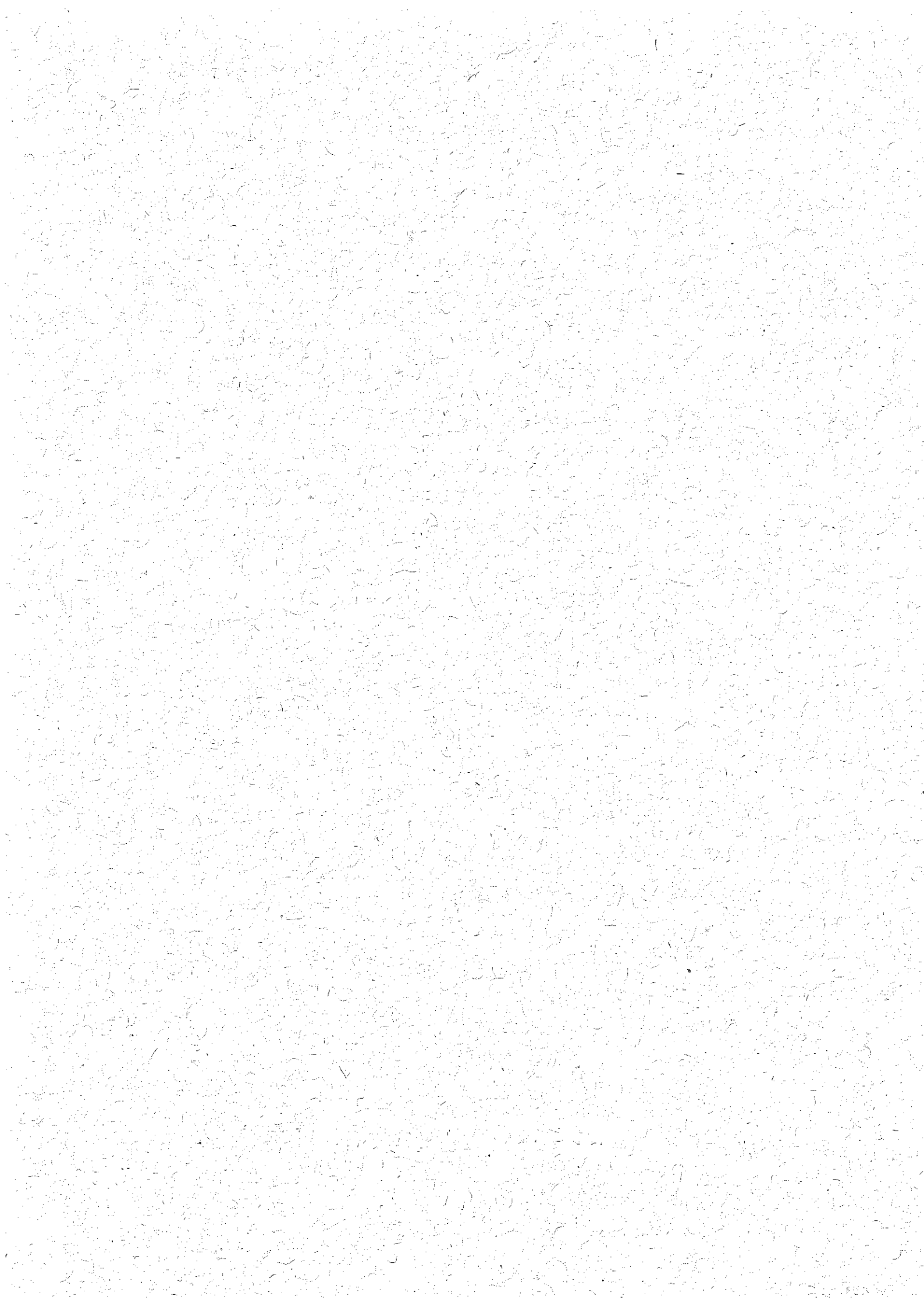
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)
Mata Atlântica	0,0535
Total	0,0535
Fisionomia/Transição entre Fisionomias	Área (ha)
Outro	0,0535
Total	0,0535

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
			Unidade

9. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

APP com cobertura vegetal nativa	Unidade
APP com uso antrópico consolidado	
Total	1,8005



10 – RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

EVERALDO FERRAZ MIRANDA - MASP:

ANTÔNIO MÁRCIO CARDOSO DA CRUZ - MASP: 10212678

Data da Vistoria: terça-feira, 26 de fevereiro de 2019

11 - AUTORIZAÇÃO

(assinatura, masp e carimbo)

VICOSA, 26/09/2019

12 – VALIDADE

Data de Emissão: 26/09/2019

Data de Validade: 26/09/2021

Observações da COPA:

13. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

OBSERVAÇÕES: O documento Autorizativo de Intervenção Ambiental (DAIA) é validado mediante: MEDIDAS MITIGADORAS: Executar técnicas de conservação do solo e da água na área requerida para intervenção em APP e onde será implantado o PTRF; e, não utilizar máquinas automotivas de grande porte em período de chuvas intensas, visando menor compactação e remoção do solo ao manejá-lo. Além do mais, executar o plantio de gramas para recuperação do solo exposto entorno dos encontros da travessia, visando medida que evitará a erosão do mesmo, como também, o assoreamento por carregamento de sedimentos. prazo: durante a validade do DAIA (Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental). COMPENSAÇÃO FLORESTAL: Executar o PTRF e monitorá-lo, referente à área de 0,1070 ha (dez ares e setenta centiares) de compensação, conforme projeto anexo ao processo em questão; prazo: conforme o Cronograma de Execução Física apresentado no PTRF. CONDICIONANTES: Executar o PTRF e monitorá-lo, seguindo suas medidas mitigadoras supracitadas, minimizadoras e compensatórias do projeto; apresentar relatório descritivo com fotografias da reconstituição da flora nativa ao NAR de Viçosa, prazo: semestralmente a partir da emissão do DAIA (Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental).

14. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

14.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa	SIRGAS 2000	23K	725238	7682738

15. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

“DECLARO ESTAR CIENTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS ATRAVÉS DESTES DOCUMENTOS E DECLARO AINDA TER CONHECIMENTO DE QUE A NÃO COMPROVAÇÃO DO USO ALTERNATIVO DO SOLO NO CURSO DO ANO AGRÍCOLA ACARRETERÁ NO PAGAMENTO DE MULTA E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS OU COMPENSATÓRIAS DE REPARAÇÃO AMBIENTAL, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS COMINAÇÕES CABÍVEIS”

Assinatura do responsável pela Intervenção

Assinatura do responsável pelo uso alternativo do solo

“ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP”

